

## OS MOVIMENTOS LGBT<sup>1</sup> E FEMINISTA NO BRASIL: DA MORDAÇA AUTORITÁRIA À PUBLICIDADE NA ESFERA TRANSNACIONAL

LUIS GUSTAVO TEIXEIRA DA SILVA<sup>1</sup>; CAMILA GOULART CAMPOS<sup>2</sup>; DANIEL  
DE MENDONÇA<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Mestrando PPGCPOL<sup>2</sup> - UFPEL (apresentador)1 – [gustavomanzke@yahoo.com.br](mailto:gustavomanzke@yahoo.com.br) 1

<sup>2</sup> Mestranda PPGCPOL –UFPEL- <sup>3</sup> Orientador PPGCPOL-UFPEL<sup>3</sup>– [ddmendonca@gmail.com](mailto:ddmendonca@gmail.com) 3

### 1. INTRODUÇÃO

A ebulição de movimentos sociais com distintas características, tais como, étnicos, urbanos, culturais e de gênero são fenômenos recentes na sociedade brasileira. Assim, atualmente a sociedade civil concentra um apanhado heterogêneo de demandas, haja vista, que as mobilizações anteriores à redemocratização coadunavam os atores coletivos em uma pauta única, isto é, a luta contra o regime ditatorial. Posteriormente a este processo, eclodiram diferenciações e diversificações nas apelações frente ao poder público entre os movimentos, e inclusive, internamente a estes (AVRITZER, 2007). O que alçou novas gramáticas de integração, conflitos e mobilização no seio da sociedade civil, tal fenômeno instiga a investigação e exploração da forma como atuam nos variados planos e com que instâncias têm dialogado.

No caso deste texto, selecionou-se dois movimentos frutos do processo de visibilidade massiva ocorrido após a abertura democrática, a saber, o Movimento Feminista e o Movimento LGBT. O interesse de discuti-los conjuntamente deriva do fato, de ambos estarem interligados historicamente no Brasil, por trazerem para o debate público assuntos como liberdade sexual, reconhecimento e igualdade de direitos. Além do fato, de atuarem em conjunto em mobilizações na esfera pública, como a Parada do Orgulho Gay e a Marcha Mundial das Mulheres.

Neste sentido, o objetivo deste artigo resulta em examinar os principais processos de transformação e articulação destes movimentos a partir dos anos noventa (90) e anos 2000. Para isso, utilizou-se do debate teórico e da literatura especializada em discutir a sociedade civil no Brasil. Sendo assim, o texto está estruturado em três momentos: primeiramente busca-se dialogar sobre a importância do processo de reabertura democrática para a deliberação e publicização de temas até então presos no mundo privado e levados à discussão pública. Em um segundo momento demonstra-se a heterogeneidade do Estado, a partir da ampliação dos canais comunicativos estabelecidos com a sociedade civil desde os anos noventa (90). Por fim, discutem-se as “novas” formas de associativismo, informação e mobilização através do ciberespaço.

### 2. METODOLOGIA

Para caracterizar o fenômeno e suas variantes, foram coletados dados, documentos e uma ampla revisão bibliográfica. Primeiramente, buscou-se adentrar na compreensão dos movimentos em questão, o que exigiu a leitura de sites institucionais para identificar as principais pautas e articulações destes. Posteriormente, iniciou-se um rateio de dados sobre as iniciativas do executivo federal para ampliar o diálogo e a concessão de direitos para estes grupos, para isso os dados abrangeram os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). E finalmente, o estudo busca mensurar o

<sup>1</sup> A sigla refere-se: Lésbicas, gays, Bissexuais e Transexuais

<sup>2</sup> Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

impacto das novas tecnologias da informação para a expansão das formas de publicização, articulação e debate através do ciberespaço.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para ponderar os avanços que não somente os movimentos em questão desfrutaram, mas a própria democracia brasileira vivenciou neste período. É salutar chamar atenção para as reflexões de Avritzer e Costa (2004), pois colocam que no período de redemocratização do Brasil, conjuntamente a construção de modelos institucionais para a construção de práticas democráticas tradicionais, tais como, eleições livres, parlamento e liberdade de imprensa. Neste mesmo período desenvolvem-se no seio da sociedade civil instâncias de robustecimento dos valores democráticos, ou seja, discussão, deliberação e participação de diferentes indivíduos e atores, na qual contribuíram (e contribuem) para sedimentação de práticas democráticas. Para Avritzer e Costa (2004), tais transformações são latentes na América Latina, haja vista, a emergência de atores urbanos, que conferem maior heterogeneidade para a sociedade civil, desestruturando modelos instituídos de família e gênero problematizando outras formas de comportamento e vida.

Com o processo de abertura democrática emergiu a possibilidade, tanto do Movimento Feminista quanto do movimento LGBT, de resgatar temas até então clausurados na esfera do privado lançando-os para a discussão pública de massa. Os exemplos mais recorrentes são: o tratamento pelo Sistema Único de Saúde de portadores do vírus HIV, desconstrução do preconceito em torno da orientação sexual e dos direitos das mulheres, da violência doméstica e urbana que afeta a ambas as minorias. Portanto, é possível considerar que o período demarca a constituição de uma esfera pública plural e horizontal, onde os problemas espelhados em um conjunto amplo da sociedade são absorvidos (já eram anteriormente), mas com a possibilidade de serem discutidos, tematizados e processados pela esfera pública (COSTA, 1993; DAGNINO, PANFICHI e OLVERA, 2006). Dessa forma, abriu-se um flanco prodigioso (sem a eminência da repressão), para o assentamento de um sistema de advertência, ou uma caixa de ressonância nos termos de Habermas, com a ampliação dos espaços públicos de deliberação heterogêneos, que refletem a diversidade do social (DAGNINO, PANFICHI e OLVERA, 2006). O que permitiu aos movimentos sociais em questão maior visibilidade e com isso um papel preponderante na formação da opinião pública, o que em certa medida contribui para o aperfeiçoamento da democracia (AVRITZER, 2007).

Um dos fatores que podem estar associados a reverberação destes temas na esfera pública, diz respeito a heterogeneidade do estado. Desse modo, para além da discussão prosaica, na qual, identificam os partidos e os atores estatais como portadores somente de interesse pela aquisição e manutenção do poder. Dagnino, Panfichi e Olvera (2006) demonstram que tais instituições projetos políticos distintos, que poderão ou não convergir para a abertura e absorção de demandas e instâncias participativas em seu interior. Sendo assim, o Estado em sua ação política é fruto do projeto político subjacente aos atores estatais e/ou partidários que povoam as estruturas administrativas.

Isto posto, para dizer que importantes avanços para o Movimento LGBT e para o Movimento Feminista foram registrados mediante a iniciativa dos atores inseridos no executivo federal. Assim, é válido elencar exemplos significativos destes avanços, tais como, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que ademais de iniciar uma política extensiva de combate ao HIV-AIDS, foram elaborados em seu governo os Planos Nacional de Direitos Humanos (PNDH) de

1996. Segundo Facchini (2009), este “fora o primeiro documento oficial do Brasil a reconhecer publicamente homossexuais no campo da promoção de direitos humanos”. Ressaltando ainda, a criação do Conselho Nacional de Combate a Discriminação (CNCD) de 2001, e da elaboração do PNDH II, em 2002, em que são produzidas recomendações para a promoção do combate a toda forma de discriminação, incluindo a orientação sexual e identidade de gênero, além da criação das Conferências Nacionais (FACCHINI, 2009).

No tocante ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), ao completar um ano de mandato este criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres, destinada “a formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional” (SPM, 2012). Outro fator de imenso impacto e relevância deste governo, diz respeito à Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 07/08/2006) que resultou a conquista de uma “luta histórica dos movimentos feministas e de mulheres por uma legislação contra a impunidade no cenário nacional de violência doméstica e familiar contra a mulher” (SPM, 2012). Ainda a destacar a realização no ano de 2008 da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, sendo este um espaço privilegiado de discussão entre o governo e o movimento LGBT para o debate sobre questões de identidade de gênero e orientação sexual, e as perspectivas de avanços sobre a temática. A partir do exposto, é plausível avaliar um avanço significativo nas conquistas de ambos os movimentos desde a década de noventa (90), e os indicadores que podem sustentar tal avaliação deve levar em consideração a orientação dos executivos federais que ampliaram os canais de comunicação entre o Estado e a sociedade civil.

Assim, mediante ao aumento da discussão e proliferação de fóruns e associações com vistas a problematizar o reconhecimento das minorias analisadas por este texto. Convém ressaltar, que se a abertura democrática e a orientação dos governos federais até então, alçaram ou contribuíram para as possibilidades tais quais as mencionadas. A partir dos anos 2000, temos a emergência de uma nova forma de articulação, discussão e processamento das demandas oriundas dos mais diversos movimentos sociais, através da potencialidade da rede das redes, ou seja, a internet. Segundo Scherer-Warren (2006), o impacto da internet como forma de articulação elevou à um patamar acima as formas de diálogo estabelecida entre militantes, e inclusive entre movimentos de diferentes regiões geográficas do globo.

De maneira análoga, Scherer-Warren (2006) discorre sobre a importância da articulação através das redes de redes para o Movimento LGBT, assim como, para o Movimento Feminista. Primeiramente salientando a importância de tal ferramenta na promoção e articulação de diferentes redes nacionais dos movimentos para a visibilidade de grandes mobilizações na esfera pública, dentre estes a Marcha Mundial de Mulheres e a Parada do Orgulho Gay que no ano de 1997 reuniu 2 mil pessoas em São Paulo, chegando no ano de 2011 a reunir 4 milhões de pessoas no mesmo município. Em suma, apesar do intenso debate entre os especialistas que o tema dos ciberespaços promove, sabendo que não há posições fechadas quanto as possibilidades e a qualidade dos vínculos associativos que tal ferramenta proporciona. É plausível considerar, que os mecanismos oriundos da articulação provenientes da rede mundial de comunicação, estabelecida na América Latina nesta última década, se não promoveu avanços nos movimentos em questão, ao menos inseriu mudanças significativas nas formas de pressão, informação e mobilização dos movimentos

Feminista e LGBT. (SCHERER-WARREN, 2005; 2006; AVRITZER e COSTA, 2004).

#### 4. CONCLUSÕES

Para tanto, o processo de institucionalização destes grupos minoritários (Feministas e LGBT), nos permite perceber a riqueza e nuances sob formas de problematizar temas. De maneira a desestruturar instituições e concepções enraizadas na sociedade, promovendo o avanço e ampliação de direitos sociais. De maneira análoga, é possível aferir que as transformações ocorridas na sociedade brasileira dos anos noventa (90), conferiram aos movimentos discutidos uma nova configuração no plano organizacional, informacional e de articulação de suas apelações. Deste modo, fatores imprevisíveis (tais como, a orientação dos executivos federais e o avanço das ferramentas da sociedade de informação), corroboraram para a reverberação das temáticas ligadas a estes grupos. Do mesmo modo, a emergência dos ciberespaços propiciou outras formas e ambientes para a deliberação das pautas de discussões que não mais se restringem ao plano local, mas alcançam a esfera transnacional.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo e COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. **Revista Dados** [online]. Vol. 47, nº4, pp. 703-728, 2004.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Revista Dados** [online]. Vol.50, n.3, pp. 443-464. 2007.

COSTA, Sérgio. Esfera Pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. **Revista Novos Estudos**. nº38, março, 1994.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto e PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: **A disputa pela construção democrática na América Latina**, DAGNINO, E; OLVERA, A; PANFICHI, A. (Orgs.). São Paulo, editora Paz e Terra, 2006.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Revista Bagoas**. nº. 04, p.131-158, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, Vol. 21, pp. 109-130, jan./abr. 2006.

\_\_\_\_\_. Redes sociales y de movimientos em la sociedade de la información. **Revista Nueva Sociedad**. nº 196, abr.-mar. 2005.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre>. Acesso em outubro de 2012.